

A ação dos governadores no combate a violência¹ e criminalidade em Pernambuco na segunda metade do século XVII.

Nielson Guedes

O Governo de Pernambuco recebeu, nesta quinta-feira (27/06/ 2013), o prêmio concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela gestão Eduardo Campos na área da Segurança Pública. O programa Pacto pela Vida, lançado em abril de 2007, foi selecionado na categoria “Melhoria na Entrega de Serviços Públicos” do United Nations Public Services Forum Day and Awards, que premia boas práticas administrativas desenvolvidas em todo o Mundo. Esta é terceira vez que o Governo de Pernambuco é reconhecido pela ONU por suas experiências administrativas. O Estado foi o único no Brasil a ser premiado por dois anos consecutivos.²

O Pacto pela vida foi criado no ano de 2007, que é uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os municípios e a União. Um dos objetivos deste projeto é o combate ao crime algo constante em Pernambuco, em 2012 Recife (PE), estava em 32.º lugar, com taxa de 48.23, homicídios para cada 100 mil habitantes, ou seja, Pernambuco está entre os Estados mais violentos do Brasil, a prática de crimes e violências em Pernambuco sempre foi algo continuo na qual a ação dos governadores sempre foi importante para

¹ O termo violência surgiu no século XIII, à palavra “violência” que deriva do latim *vis*, designado a “força” ou o “vigor” caracterizam um ser humano com um caráter colérico e brutal. Ela define também uma relação na qual haja constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém. MUCHEMBLEM, Robert. **Historia da violência**: do fim da idade média aos nossos dias; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. P, 07. Raymond Williams destaca que “[...] se trata de uma palavra que necessita de definição específica inicial, se não quisermos cometer uma violência contra ela.”; WILLIAMS, R. Violência. In: **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. Outro autor que trata desta conceituação é Michaud que tenta definila como: [...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989. P, 119

²<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-recebe-premio-da-onu-pelo-exito-do-pacto-pela-vida/>. Acessado em 18 de Julho de 2013.

estabilização social, desde a segunda metade do século XVII percebemos a importância do papel dos governadores no combate ao crime em Pernambuco.

Na segunda metade do século XVII, Pernambuco enfrentava uma série de crises, mas a pior crise que abaterá a capitania fora a violência em especial a violência entre os poderosos, legado ou herança dos anos de guerra e desorganização política e judicial da capitania, segundo um cronista da época nos anos de 1680 a criminalidade havia chegado ao paroxismo ao ponto de normalidade. João da Cunha que fora governador de Pernambuco havia deixado a capitania em “estado miserável”:

Tão cheia de calamidades, tão abundante de soberbas e violentas mortes, com desaforo, à espingarda, adonde se não conhecia El Rei mais que pelo nome, vivendo cada um à eleição de sua vontade, sem haver quem desse castigo aos malefícios nem repreendesse violências, as quais se continuavam com soltura por falta de governo. E a primeira coisa que faziam os que intentavam mandar matar era primeiro procurar o dinheiro para salário das devassas que se tiravam, que muitas ficavam no esquecimento do tempo. E logo passeavam na praça e no Recife e tudo corria por este caminho e se vieram a desvanecer algumas que se lhes não dava de ninguém, fazendo séquito de espingardas, metendo terror e assoberbando aqueles que os não tinham ou, por temerosos do Rei e da consciência, os não queriam fazer. Nas Câmaras, estavam servindo pessoas que lhes não faltavam crimes e a tudo se dava passagem, ostentando-se alguns na opinião de régulos.³

Através desta crônica podemos perceber qual era a situação de Pernambuco na segunda metade do século XVII, e tais atrocidades se davam como é relatado pelo cronista por “falta de governo”. João da Cunha era tido como “homem tão honrado e soldado de grande nome”, mas não conseguia governar sua própria casa como poderia governar Pernambuco, seu filho, Paulo da Cunha era conhecido por muitos desmandos naquela terra e “o amor do pai não dava lugar a corrigir os desenfreados apetites do filho, porque de quase todos não era sabedor[...]”⁴. Além disso, Paulo da Cunha era envolvido com indivíduos duvidosos entre eles estava um certo padre degredado por seu bispo para Angola, mas conseguiu refugiar-se no Recife. João da Cunha mostrava-se relapso com o que acontecia ou muitas vezes conivente, como é dito pelo cronista “todos faziam o que queriam e ele queria o que queriam todos” a falta de governo ou as

³Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das comendas de S. Miguel de Boubadela, Santiago de Boafé, São Salvador de Maiorca, Almotacé-mor do Reino e governador das capitanias de Pernambuco e suas anexas. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: **RIAP**, V. LI, 1979. P, 260.

⁴ Ibid. P, 261.

atitudes relapsas do governador deram espaço para proliferação da violência e criminalidade na capitania até o término de seu triênio.

O sucessor de João da Cunha fora Fernão Cabral, fidalgo português descendente do descobridor do Brasil, que tinha como importante missão de por ordem na casa. O governador-geral, D. Matias da Cunha saudava sua posse devido à grande missão de acalmar as alterações e “perturbações seculares e religiosas”, mas, sua estada era passageira, pois, havendo chegado à capitania foi acometido da febre amarela⁵.

Estando no leito de morte Fernão Cabral designou uma junta composta do Bispo Diocesano D. Matias de Figueiredo e Melo e do mestre de campo mais antigo, e por fim um Juiz Ordinário da Câmara de Olinda ambos para sua substituição⁶. Mas a Câmara de Olinda recusou tal designação, pois, dizia-se no direito de assumir este governo nas vacantes, e fez exclusão dos escolhidos por Fernão Cabral. Contudo com a morte do governador precisou-se tomar medidas ágeis para a vacância, com a criação da diocese de Olinda o poder local não poderia negar ou ignorar a presença do Bispo D. Matias Figueiredo e Melo como governador interino, pois, a sua aceitação teria sido aprovada pelo governador- geral.

A substituição do bispo durou nove meses, na qual a terra continuara da mesma forma que deixara João da Cunha, apesar de demonstrar força para com os jesuítas, culpados de açoitarem certo pró-homem que havia desobedecido às ordens de entra armado na cidade. Havendo um deles negado a entrega do açoitado, D. Matias mandou cercar o edifício e mandou prender os inacianos que resistiram as suas ordens⁷, mas o governo do eclesiástico entrava em conflitos com suas obrigações religiosas o que permitia Pernambuco continuar em “miserável estado”.

⁵Documentos Históricos, 10, PP 255, 296-7. Apud MELLO, Evaldo Cabral de Mello. Em 1685 houve a primeira explosão de epidemia na América do Sul, era a Febre Amarela ou a “doença dos males”, como era conhecida na época, doença essa que viera “com tanta força e rigor que ninguém ficou que perdoasse e despovoasse a maior parte das casas e famílias”, essa doença por sua vez foi uma ameaça para um grupo específico, os brancos, já que os negros e índios demonstravam-se imunes, o que em menos de um mês quase 600 pessoas haviam morrido no Recife e em 1692 mais de 2.000 pessoas, quase todas brancas o que causou desespero na população e na administração e autoridades locais. ANDRADE, Gilberto Osório de. **Montebelo, os Males e os Mascates**: contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Recife: UFPE, 1969. P. 38.

⁶PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Vol.IV. 2. Edição Coleção Pernambucana, Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / FUNDARPE / Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. P. 26

⁷Ibid. P, 341-3

Na tentativa de restabelecer a paz e a organização social da capitania a Coroa envia Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que foi designado para o cargo de governador na capitania de Pernambuco “sem consulta nem decreto”⁸. A urgência de se enviar um sucessor estava associada à instabilidade pernambucana, logo que chega através de medidas drásticas nomeou um desembargador sindicante para apurar uma série de delitos que haviam ficado impunes, até os mais recentes crimes de alguns poderosos.

O perfil de Câmara Coutinho era traçado pela população, o mesmo era conhecido por ter uma alta personalidade na Corte, onde exercia a função de almotacémor do Reino o qual era um cargo honorífico e condição prestigiosa o que era essencial para governar a capitania de Pernambuco, pois a gente que morava ali era conhecida como:

Senhores de terras de famílias ilustres conhecidos mandantes de homicídios e outras violências; a tal ponto que, “se S. Mjde. Fora servido conceder faculdades para que aqui se enforcasse uma dúzia de malfeitores, que estão na cadeia, logo tivera Pernambuco vassalos domésticos, e estariam os seu povos mais sossegados, que por falta de castigo sucedem todas as ruínas que padece esta terra”⁹.

Não seria fácil administrar uma capitania nessas condições, mas, Câmara Coutinho soube impressionar a população aplicando com severidade a justiça régia principalmente contra aqueles que faziam usos das instituições locais para se privilegiarem e até mesmo amenizarem ou impedirem a aplicação da justiça:

O régulo que havia anos mandava matar impunemente, o desobediente que não atendia a notificação oficial de fornecer seus escravos para o

⁸ Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das comendas de S. Miguel de Boubadela, Santiago de Boafé, São Salvador de Maiorca, Almotacémor do Reino e governador das capitanias de Pernambuco e suas anexas. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: **RIAP**, V. LI, 1979.PP, 261, 292. A situação da capitania era de total instabilidade social, pois a escolha de Câmara Coutinho não seguiu a conformidade habitual na escolha de um representante da Coroa, para melhor compreensão. CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.P,69-92.

despacho final. O autor aponta que na segunda metade do século XVII cerca de dois terços das propostas apresentados pelo Conselho Ultramarino obtiveram provimento. Entretanto, ao longo dos anos, no provimento das capitanias mais importantes o sistema de “concursos” foi sendo menos usado, predominando as nomeações diretas pelo rei sem consulta do Conselho Ultramarino. “A regra parece clara: quanto mais importante era a capitania, mais cedo desapareceram os concursos ou estes se tornaram irregulares.” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo Monteiro. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 100-101.

⁹ANDRADE, Gilberto Osório de. *Op. Cit.* P, 31.

reparo das fortalezas, os prepotentes que se apropriavam dos escravos dos moradores pobres, todos temeram a mão de ferro governamental. A Câmara de Olinda tampouco foi poupada. O governador tratou de tomar-lhe as contas e de reduzir-lhe as ambições protocolares, substituindo as cadeiras de espaldar em que se assentavam os vereadores por meros bancos de encosto. No objetivo pedagógico de imprimir na rudeza dos colonos a imagem de verdadeira ordem do mundo [...] ¹⁰

Tais ações nos mostram que Câmara Coutinho fazia jus do que se falava a seu respeito na Corte. Diferente de seus antecessores Câmara Coutinho causou temor nos poderosos, o mesmo não se deixava comprar pelas riquezas que eram oferecidas ¹¹ aos governadores como suborno as suas atitudes deixavam bem claro que ele viera para por “Ordem na casa”, como fizera com a Câmara de Olinda. No entanto não era uma tarefa fácil, segundo Vera Acioli a desorganização social não era uma situação nada cômoda para os governadores que por ali passara, ¹² em seu governo Aires de Souza Castro percebeu que funcionava a pedagogia da violência “nesta terra, se mata gente com uma facilidade que creio eu que os pais ensinam os filhos a isso como as maiores obrigações”. ¹³ O grande problema de tal situação se dava porque após a expulsão dos holandeses ainda continuava a briga por posses de terras, e quase todos estavam apossados de armas mesmo com a proibição ocorrida em 1670 ¹⁴, e dessa forma mobilizavam-se não só as classes populares, mas as elites que eram mecenas de seus serviços. Não eram apenas as disputas por terras que geravam brigas entre os poderosos, mas as questões de honra geravam sérios problemas naquela época como o caso é de um comerciante, Roque Gomes Pais, Depois de comprar o engenho Boa Vista foi jurado de morte por Leão Falcão que dissera que, Roque não ficaria com o engenho e que “se catorze vezes ressuscitasse, catorze vezes o havia de matar”. O engenho havia pertencido à família de sua esposa D. Isabel de Moura que diante de tantas dividas teve

¹⁰Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das comendas de S. Miguel de Boubadela, Santiago de Boafé, São Salvador de Maiorca, Almotacé-mor do Reino e governador das capitanias de Pernambuco e suas anexas. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: **RIAP**, V. LI, 1979. PP. 270-1, 276-8, 285-6.

¹¹Ibid. P, 262.

¹² ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos**: aspectos da administração colonial. Pernambuco, século XVII. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 1997. P, 40.

¹³ AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

¹⁴ ANTT, Documentos da história e Governo de Pernambuco- Manuscritos coleção 42. Apud FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. P, 225.

que arrematar suas terras, como as terras estavam sendo arrematadas pertenceria a quem paga-se mais, que para infelicidade da família as terras pararam nas mãos do comerciante Roque Gomes. Diante de tal situação D. Isabel Moura instalou-se na casa-grande e chegando a casa Roque vendo a situação, devido sua forte influência na cidade obteve força armada e a expulsou. A situação foi tão vergonhosa que Roque Gomes se comportou de maneira ofensiva chamando Leão Falcão de “fidalgo de borra”, ou seja, fidalgo de bosta. A situação humilhante custou à vida de Roque Gomes. Cheia de ódio do comerciante a mulher de Leão Falcão, D. Isabel de Moura disse ao marido que se não resolvesse tal situação “não havia de meter mais o pé com ela na cama”. Diante da lógica o crime tomou um caráter de honra e Leão Falcão contratou alguns escravos para execução que dispararam contra Roque Gomes dois tiros de espingardas, a tocaia fora bem planejada, pois, se tivessem errado o tiro já havia outra a espera da vítima para executá-la. Com tantos boatos, espalhou-se pela cidade que o mandante havia sido Leão Falcão de Melo.¹⁵

A justiça local prendeu o mandante, mas, devido a sua forte influência e a prática de suborno foi liberado. Nesse mesmo ano Leão Falcão praticara outro crime, mantinha em cárcere de privado um advogado que se recusava a casar com uma mulata de sua propriedade e de estima particular o que possivelmente poderia ser sua amante. Intimado a solta-lo Leão Falcão reagiu com armas. Câmara Coutinho acabara de assumir o seu cargo o que permitia fazer uma demonstração de sua autoridade, Leão Falcão foi preso no lugar mais imundo e escondido que havia e ali mesmo um mosquito o picou e morreu bem depressa devido a doença do “males”.¹⁶

Alguns causavam temor na administração colonial a ponto de impedir devassas com suborno ou com ameaças, como é o caso de Luis de Albuquerque, da Freguesia da Muribeca o qual era um sujeito de que todos tinham medo devido os vários crimes que o mesmo cometera e contra ele a justiça não se atrevia. Pagava para que não tirassem devassas sobre ele para não “ter culpa no cartório”, andava sempre armado, mandou chamá-lo Câmara Coutinho e lhe deu uma “áspera repreensão” que vivesse como bom cristão, e que se não o obedecesse mandaria para Portugal em um grilhão para enforcá-

¹⁵CARTA do desembargador sindicante da capitania de Pernambuco, Belchior Ramires de Carvalho, ao rei [D. Pedro II], sobre o envio da devassa tirada em Goiana, referente ao assassinato do senhor do engenho Boa Vista, Roque Gomes Paes, cometido por mulatos e escravos a mando de Leão Falcão de Melo. Anexos: 3 docs. AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1543. Olinda 2 de junho de 1691.

¹⁶ ANDRADE, Gilberto Osório. *Op. Cit.* P, 117.

lo. Depois disso Luis de Albuquerque se tornou “um bom cristão”, rapidamente espalhou-se a fama que Câmara Coutinho era conhecido por ser rápido no prender e vagaroso no soltar.¹⁷

Diante de tantos feitos, Câmara Coutinho foi designado pela Coroa para assumir o governo-geral deixando em seu lugar o Marquês de Montebelo, que devido às doenças que assolavam Pernambuco ficou impossibilitado de assumir, o que permitiu mostrar a popularidade que havia conquistado ali Câmara Coutinho, a ponto de o povo fazer agitações para que o mesmo reassumisse o governo.¹⁸

Devido à grave situação de Montebelo, Câmara Coutinho resolve adiar sua viagem a Bahia, no caso de falecer o marquês, pois, a Câmara de Olinda já se fazia atenta para assumir o governo, mas, o marquês se mostrou forte e tomou posse da capitania. Porém, ao assumir percebera que sua imagem entre os pró-homens não foi tão favorável, pois, a simpatia que governou Câmara Coutinho cercara o povo de forma carismática, que até a Câmara de Olinda fez um solicitação a Coroa pedindo que retornasse Câmara Coutinho para aquelas terras, pratica essa proibida pela Coroa devido às experiências passadas.¹⁹

Com a nomeação de Câmara Coutinho para o governo-geral cabia a seu sucessor da continuidade aos planos da Coroa no combate ao crime e violência na capitania. O Marquês enfrentava a difícil tarefa de restabelecer a ordem social, pois, a febre amarela da qual o mesmo teria sido vítima assolava toda terra trazendo uma série de problemas em seu governo, e para reverter o quadro da capitania o governador buscou melhores informações sobre a doença e médicos capazes de acabar com a epidemia, criando a campanha higiênico-sanitária de 1691, através dos chamados “bandos de saúde”²⁰. Foi possivelmente a primeira campanha profilática sistematicamente organizada da América e também a primeira campanha de prevenção e combate à febre amarela no Novo

¹⁷ Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das comendas de S. Miguel de Boubadela, Santiago de Boafé, São Salvador de Maiorca, Almotacé-mor do Reino e governador das capitanias de Pernambuco e suas anexas. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: **RIAP**, V. LI, 1979. P, 277.

¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Op. Cit.* P, 73.

¹⁹ Pereira da Costa, Anais Pernambucanos. *Op. Cit.* PP.205-6.

²⁰ Para maiores informações sobre a campanha higiênico-sanitária e os bandos de saúde, consultar contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII. ANDRADE, Gilberto Osório de. Montebelo, os Males e os Mascates: contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Recife: UFPE, 1969, particularmente o capítulo “A campanha higiênico sanitária de 1691”. Sobre o mesmo assunto: MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004

Mundo. Mas o maior problema enfrentado pelo marquês fora as desavenças entre as elites²¹ as práticas de crimes e violência em Pernambuco era algo corriqueiro, e para estabelecer a ordem na capitania o marquês tratou de lançar uma series “bandos” (editais) no intuito de evitar os desmandos, foram muitos os banidos pelo marquês, umas das documentações da época nos mostra uma lista de presos banidos para Angola pelo marquês na qual em sua maioria tinham cargos de prestígios na capitania²², para fazer aplicação da lei o marquês fazia uso de diversas estratégias um dos documentos nos mostra um caso de um homem que havia assassinado sua esposa, e sai foragido, e na tentativa de prendê-lo Montebelo oferece recompensas para quem conseguir capturá-lo e entre elas se destaca a quem prender o acusado e tiver pendências com a justiça, ou seja, quem tiver cometido algum crime que não fosse de morte ganharia o perdão²³.

Percebemos aqui as diversas estratégias dos governadores no intuito estabelecer a ordem na capitania, mas, não era fácil moralizar a terra até porque aqueles que

²¹ ¹ De acordo com António Manuel Hespanha, o termo Elite não está associado apenas a detentores de poder, ou seja, o termo não se restringe a um único grupo, baseado nas idéias de Foucault com relação aos micro-poderes o mesmo vê uma pan-politização da sociedade na qual todos são considerados elites, pois todos pertencem a um grupo que os reconhece e os legitima para dirigir em algum plano da inter-acção social, mas a elite que pretendemos privilegiar em nosso trabalho são as elites econômicas como senhores de engenho, senhores de cabedais e principalmente os faziam parte de instituições locais como Câmaras Municipais. HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português**. Vera Lúcia do Amaral Ferlini; Maria Fernanda Baptista Bicalho (org.). São Paulo: Alameda, 2005. P.44. Eram variadas as elites que faziam parte do contexto pernambucano como, os comerciantes do Recife que também faziam parte das Câmaras municipais, sobre essas elites existe vários estudos e entre eles se destacam o de José Antonio Gonsalves de Mello o qual foi o primeiro a fazer um trabalho específico sobre uma Câmara municipal na capitania de Pernambuco. O autor analisa a configuração da Câmara do Recife na qual ele nos mostra que a mesma não era apenas composta por comerciantes reinóis, mas, também por senhores de engenho que faziam parte das freguesias rurais. MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1728**, RIAP, 53, 1981. Outro autor que analisa a Câmara do Recife é George Felix Cabral de Souza na qual tem como ponto de partida os estudos de José Antonio Gonsalves de Mello, na qual ele faz uma análise de todo século XVIII até o início do XIX através dos estudos da câmara o autor nos mostra como funcionava essa instituição e como agiam as elites que faziam parte dela, através dos métodos prosopográficos o autor desvenda as origens dessas elites, SOUZA, George Cabral Félix de. **Os homens e os modos da governança: a câmara municipal do Recife no século XVIII num fragmento da história das instituições do imperio colonial português – Recife: Câmara Municipal do Recife, 2003; Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1722)**. Salamanca: Tesis Doctoral. Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica de la Universidad de Salamanca, 2007. Quando nos remetemos aos grupos que atuavam na Câmara de Olinda fazemos uso de uma expressão de Evaldo Cabral de Mello “açucarocracia”. Era um grupo específico de senhores de engenho que formavam o topo do comércio açucareiro. Através das Câmaras municipais essa elite exercia o seu poder demonstrando uma certa autonomia, mas, sempre mantendo relações com ultra-mar afim de garantir suas posições para melhor compreensão, LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma elite em crise: a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII**. Recife: UFPE, 2011, p. 195. Dissertação de Mestrado.

²² BNL.Coleção Pombalina Códice 239 f150/152.)

²³ BNL. Coleção Pombalina Códice 239 f 1355).

deveriam estar envolvidos com aplicação da justiça, ou seja aqueles que serviam nas Câmaras municipais eram os próprios mandantes de crimes que no mesmo ano que se mandou fazer uma lista daqueles que podiam concorrer as eleições de vereadores se depararam com a seguinte situação:

A lista dos pelouros andava de tal modo cheias de impertinentes quando Câmara Coutinho mandara processá-los a despeito das imunidades tradicionais que se arrogavam foram tantos os expurgados que “neste ano (1689) se não acharam homens livres para poderem servir nas Câmaras porque os mais deles eram impedidos por crimes e não custou pouco acharam-se...”²⁴

Muitos dos criminosos se refugiavam através das instituições locais como as Câmaras municipais ou muitas vezes de suas relações interpessoais, na qual através das redes de relações buscavam influir, intervir e desenvolver estratégias para alterar o ritmo e rumo dos acontecimentos em razão do interesse pessoal²⁵. Para compreendermos tal situação exemplificaremos o caso de Antônio Curado Vidal, sobrinho de Vidal de Negreiros restaurador e governador de Pernambuco, Antônio Curado Vidal fora um dos casos mais conhecidos por fazer uso das práticas de violência para resolver suas rixas, para termos uma idéia dos crimes cometidos por ele listamos alguns casos entre os 12 que o mesmo foi acusado:

-“Mandou matar o capitão Amaro Cordeiro foi o matador Antonio Carvalho a quem fez seu alferes. É testemunha o capitão Francisco Pereira Guimarães o alferes Francisco Fernando Rego o capitão Manuel da Costa Gadelha...”

-“Mandou matar sua madrasta e seu cunhado Miguel Rodrigues Sepúlveda na Capitania da Paraíba, e foi tão público que não é necessário testemunha...”

-“Mandou matar os parente de sua madrasta e as pessoas que sabem disto são os nomeados acima...”

-“Mandou matar o capitão Martins Paes foram os matadores, o fogueteiro João Gomes e o mulato Antonio João e outro mulato de seu tio e um crioulo, são testemunha Zenóbio Achiles de Vasconcelos...”

²⁴ ANDRADE, Gilberto Osório. *Op. Cit.* PP, 118, 119.

²⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (no prelo), P. 167.

-“Mandou matar dois homens um Tocoára e outro de Tejucupapo, esse caso foi tão público que a própria freguesia provará...”

-“Mandou matar e consumir seu genro chamado Luís Pereira...”.

-“Mandou acutilar ao letrado Pedro Anveres por haver feito uns papeis contra seu tio...”²⁶

As inúmeras mortes cometidas a mando de Antônio Curado Vidal nos permitem enxergar o cenário de crimes e violências que faziam parte da capitania de Pernambuco, em que muitos como Antônio Vidal se aproveitavam da posição social na qual estava para cometer inúmeras atrocidades, muitas aconteciam à luz do dia, o que prova a impiedade e sagacidade do acusado em cometê-lo sem coação ou repúdio dos que ali presenciavam os “banhos de sangue”. Apesar de tantas testemunhas, o acusado é inocentado das acusações, e todos esses casos ficaram impunes garantindo ao acusado morrer em um cargo honroso de Alcaide-mor de Olinda²⁷. Era difícil julgar crimes em que em sua maioria eram cometidos a mandos, ou seja por terceiros, foram muitas as reclamações dos governadores com relação aqueles que eram pagos para praticarem crimes e violências, e que em sua maioria eram pardos, negros e vadios em suma os desclassificados sociais²⁸, mas que apesar de seus status sociais conseguiam fazer parte das redes de relações através das práticas de paternalismo, legitimadas através dos

²⁶CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco, acerca das queixas contra os excessos cometidos pelo mestre-de-campo Antônio Curado Vidal, e pedindo devassa referente às mortes cometidas por ele. Lisboa 26 de novembro de 1676. Anexo: 1 doc. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1064.,

²⁷CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do alcaide-mor de Olinda, Antônio Curado Vidal, pedindo para ser empossado no dito cargo pelo governador da capitania de Pernambuco, [Fernão Cabral]. Anexo: 1 doc. Lisboa 31 de maio de 1688. AHU_ACL_CU_015, Cx. 141447. D.

²⁸ O vadio apresentado é por extensão todo homem desprovido de dinheiro e que para garantir a sobrevivência se envolve em crimes. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. P, 64. Outra análise sobre as classes populares mais especificamente sobre os vadios é de Kalina Vanderlei Silva, para a autora, esses vadios em sua maioria eram negros e pardos que eram desprezados pela zona açucareira, devido seu status social, mas ainda sim era parte integrante dela, pois apesar de sua condição social eram personagens ativos em seu meio social, na qual muitas vezes eram recrutados pelos senhores de engenho como criminosos ou pelas tropas institucionais utilizadas pela coroa como instrumento de repressão e controle social. VANDERLEI, Kalina. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas Solidões Vastas e Assustadoras”**- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão Pernambucano nos séculos XVII e XVIII. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2003.

batismos²⁹, que garantia uma interdependência entre senhor e escravo, na qual, muitos escravos eram usados nas práticas de crimes a mando de seus senhores.

*“O numero de crimes he tão grande principalmente dos Negros e Piães que parece conveniente que Vossa Alteza se sirva de mandar acrescentar ao Regimento do Ouvidor de Pernambuco os dous Capítulos do Regimento do Ouvidor do Rio de Janeiro” Conselho Ultramarino sobre petição do governador de Pernambuco, Fernão Coutinho. 8 de agosto de 1672.*³⁰

A culpa de tal situação muitas vezes era colocada sobre os menos favorecidos e principalmente os vadios os quais as elites faziam uso de tal situação para praticarem suas barbaridades sem manchar suas mãos de sangue. O que pretendemos não é justificar as práticas criminais da plebe, mas, mostrar através da documentação como era tecida a linha escapatória dos crimes, e como era analisada essa situação pelo Conselho Ultramarino:

“os excessos que naquella terra se obrão e a pouca emmenda que há para elles nascidos são de lhe não poder dar o castigo conforme os crimes, (...) Que naquella terra se mata gente com huma facilidade, que cre que os Pays ensinão os filhos isto como as mayores obrigações e quando os que se perdem por elles se lhes dá grande castigo, hé (irem) para angolla ou mandalos para a Bahia donde he tão facil o achar quatro testemunhas falcas como o voltarem a passar ao mesmo lugar do delito; que aly achou naquella cadea dous memelucos prezos que matarão hum frade a espingarda estando dormindo a sua porta sem mais (...) que a de lhe haver empedido hum casamento que poucos dias havia que matou hum mulato naquelle recife a hum homem bem alentado a espingarda de sima de huma genella sem mais causa que a de humas leves resoos que ainda naquella casta de gente pesão menos, (...) parece que tem menos merecimento aquele governo que o do Rio de Janeiro donde se estão enforcando sendo esta a cauza de lá se deminuir os crimes(...)”³¹

Percebemos que o discurso do conselho com relação aos crimes cometidos na capitania de Pernambuco estava associado à plebe aos vadios, o que discordamos, pois, a figura do vadio desde o inicio da colonização era tido pela Coroa como um

²⁹ Segundo João Fragoso, o batismo fazia parte de uma hierarquia social em que a propriedade e a condição jurídica eram definidas pela capacidade dos agentes estabelecerem pactos traduzidos no parentesco, na qual as obrigações era recíprocas. FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)” in: Fragoso, João & Gouvea, Maria de Fátima (org.). **Na Trama das Redes** – Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, 2010, p.260 e 292. Outra análise sobre batismo de pretos ver; SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550 – 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. P, 57-73.

³⁰ AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

³¹ AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

delinquente que não se encaixava nos padrões de produção econômica por isso eram esse presos em Portugal e mandados para o Brasil com objetivo de povoar a terra, o livro V das Ordenanças Filipinas nos traz uma breve noção da situação dos Vadios:

“qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhão, (...) seja preso, e açoutado publicamente.(...) “qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhão, (...) seja preso, e açoutado publicamente.(...)”³²

Muitos desses vadios eram recrutados como soldados e ajudavam no crescimento da capitania, já outros e devido os baixos salários preferiam a vida do crime por ser mais lucrativa. Uma das documentações nos permite ver uma confissão de um assassino profissional que dizia que matar por dinheiro era o melhor negócio do mundo, pois, comprava uma libra de pólvora por dois vinténs para praticar um crime que lhe rendia 4 mil-réis.³³

Governa Pernambuco era uma tarefa árdua, pois, aqueles que tinham fortes relações com a Coroa conseguiam sair impunes e reverter o quadro a seu favor, na tentativa de mandar dois membros da Câmara para Lisboa para receberem uma punição da Coroa, na realidade quem recebera a “punição” fora Montebelo:

O resultado foi que, em lugar da esperada reforma do regimento, Montebelo recebeu uma censura régia pela sua atitude no tocante à prestação de contas e à posse da Câmara, de vez que não lhe competia tomá-las, apenas transmiti-las ao ouvidor; e muito menos impedir a transmissão do poder municipal. Por outro lado El Rei respondia ao protesto da Câmara pela prisão de seus membros, instruindo-a a que, em caso não conseguisse demovê-lo. Não se atendera se quer o pedido de Montebelo para que Rego Barros e Lourenço Cavalcanti fossem admoestados por carta régia.³⁴

Casos como esses eram constantes, no final de seu governo Montebelo percebera que era a inação e a cumplicidade das Câmaras e dos seus juizes era algo singular e o papel dos governadores na capitania era em vão devido às relações dos criminosos com figuras jurídicas e ao mesmo tempo a proteção da Coroa sobre alguns. O mesmo também culpara aos ouvidores-gerais que autorizavam a concessão de alvarás de

³²ORDENAÇÕES Filipinas. Op. cit. livro V, tit. LXVIII, p.1216.

³³BNL, Pombalina,239, fls. 86-7.

³⁴MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Op. Cit.* P, 83.

fianças, os quais eram expedidos com facilidade e deixava os criminosos à solta para darem continuidade às suas práticas.

Levando em conta as documentações analisadas percebemos aqui as falhas no sistema jurídico e administrativo colonial que era uma ferramenta fundamental para os governadores. Faoro afirma que a justiça colonial era “Tardia, incompetente, cruel e amparada nas duras leis do tempo”.³⁵ Mas não podemos deixar de privilegiar o papel dos governadores na tentativa de estabelecer a organização social, o que não era fácil na segunda metade do século XII na qual Pernambuco enfrentara uma série de problemas econômicos e sociais, as práticas de crimes e violências haviam se tornado algo comum, e aplicação da justiça era algo difícil devido às fortes relações de alguns com Coroa, as práticas de crimes e violência é algo que perdura até os dias de hoje, mas podemos perceber a partir dessa análise histórica, quão importante é o trabalho dos governadores na estabilização da paz e organização social de nosso Estado.

³⁵FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª Edição – São Paulo Globo 2001..P, 217.

Referências

Fontes Manuscritas

BRASIL. Governo de Pernambuco. 1690-1693. Portarias, Bandos, Editais, etc. sendo D. Antonio Felix Machado, Marques de Montebelo – Governador da Capitania de Pernambuco. Correspondência oficial do Mesmo Governador. Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina. Códice 239

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate:

AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1543.

. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1064

AHU_ACL_CU_015, Cx. 141447. D.

AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

AHU, cód. 265, 22.22v. 22 de novembro de 1678.

Fontes Impressas ou Digitalizadas

Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das comendas de S. Miguel de Boubadela, Santiago de Boafé, São Salvador de Maiorca, Almotacé-mor do Reino e governador das capitanias de Pernambuco e suas anexas – 1690. Publicado por José Antônio Gonçalves de Mello em: RIAP, vol. LI, 1979.

CÓDIGO Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: Edição fac-similar da 14ª ed, de 1870, com introdução e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado

Federal, 2004.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Vol.3. 2. Edição

Coleção Pernambucana, Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes /

FUNDARPE / Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial. Pernambuco, século XVII*. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 1997.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Montebelo, os Males e os Mascates**: contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1997 .

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru,SP: EDUSC, 2003.

_____;BICALHO, Maria Fernanda. **Modos de governar**. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma elite em crise**: a açúcarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Recife: UFPE, 2011. Dissertação de Mestrado.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. **A fronda dos mazombos**. Nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

²MUCHEMBLED, Robert. **Historia da violência**: do fim da idade média aos nossos dias; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609 – 1751 – São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Espaços vívidos**, valores políticos e imaginário barroco mestiço nas cerimônias públicas da Câmara de Olinda. Séc.XVII e XVIII. Anais do I encontro nordestino de história colonial. João Pessoa 2006.

_____. **“Nas solidões vastas e assustadoras”**- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão Pernambucano nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2003.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1722)**. Salamanca: Tesis Doctoral. Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica de la Universidad de Salamanca, 2007.

_____. **Os Homens e os Modos da Governança**. A Câmara Municipal do Recife no Século XVIII num fragmento da História das instituições municipais do Império Colonial Português. Recife, 2003.

_____. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, R. Violência. In: **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Bom tempo, 2007.